



**RISCOS**

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE RISCOS, PREVENÇÃO E SEGURANÇA**

**MULTIDIMENSÃO  
E  
TERRITÓRIOS DE RISCO**

**III Congresso Internacional  
I Simpósio Ibero-Americano  
VIII Encontro Nacional de Riscos**

**Guimarães  
2014**

## ENTRE A POEIRA E A LAMA: REPERCUSSÕES DOS DESASTRES NA VIDA COTIDIANA DE GRUPOS VULNERABILIZADOS

**Norma Valencio**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos  
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, Universidade de São Paulo  
normaf@terra.com.br

### RESUMO

No tema dos desastres, é relevante a discussão sobre a ação do Estado que resulte em manter ou em elevar a desproteção social dos grupos debilitados. Multiplicam-se os casos em que essa ação, expressa nas práticas técnicas dos órgãos atuantes na resposta e na reabilitação, fica aquém das demandas sociais quando não, em aberto conflito. Diante disso, toma-se o contexto brasileiro de desastres para analisar sociologicamente o processo através do qual o modo de atendimento deflagrado pelo meio técnico aponta para uma progressiva legitimação institucional de práticas de esgarçamento dos direitos de grupos sociais debilitados. Apresenta-se a síntese de resultados de pesquisa de campo, de base qualitativa, sobre dez diferentes casos no referido país, nos quais os grupos sociais focalizados experimentaram variadas formas de violência de Estado contra eles, entrelaçando um conteúdo material, social, espacial e simbólico de deterioração dos direitos da pessoa humana. Apoio: FAPESP.  
**Palavras-chave:** Sociologia dos desastres; Defesa civil; Brasil.

### Introdução

No senso comum dominante no mundo contemporâneo, parece ser politicamente incorreto levantar suspeitas sobre a ação do Estado em situações críticas, como nos desastres. O simples fato de o meio técnico-operacional se apresentar no cenário, e ali tomar certas providências, costuma sinalizar positivamente para quem assiste os acontecimentos do lado de fora; isto é, indica que tudo foi feito a respeito.

Contudo, no âmbito das Ciências Sociais, tem havido uma importante discussão acerca dos efeitos da ação do Estado tanto na manutenção quanto na elevação da desproteção dos grupos sociais debilitados nas circunstâncias de um desastre. Autores como Oliver-Smith (2006), Alexander (2011), García-Acosta (2012), Valencio (2012) e outros assinalam que a degradação da esfera social se explicita pela desconsideração dos técnicos para com as necessidades de preservação da intimidade pessoal e familiar, pelo desrespeito aos vínculos sociais das famílias com o lugar de moradia, pela negação do valor subjacente aos laços de coesão da vizinhança e pela facilidade em desvincular as famílias e suas respectivas comunidades de seu lugar. Isso significaria uma ação do Estado que, no varejo, a cada desastre, segue alterando o curso da história de grupos debilitados de modo a negar o seu valor humano intrínseco e jogá-los na anomia social.

No conjunto das discussões no tema, proliferam casos nos quais a ação estatal, expressa nas práticas técnicas dos órgãos atuantes na resposta e na reabilitação, fica aquém das demandas sociais quando não, em aberto conflito. Nesse sentido, as discussões sobre o tema da violência e o dos desastres convergem cada vez mais.

### O caso brasileiro

No caso brasileiro, o que tem estado no centro da questão é a incapacidade do Estado atuar criticamente em face ao *processo de vulnerabilização* (Acsegrad, 2006) devido ser ele um ator-

chave constitutivo da *modernidade anômala* (Martins, 2003). Isso culmina em expor ou favorecer a exposição de determinados grupos sociais a ameaças recorrentes. No referido país, os desastres oficialmente reconhecidos estão, em mais de 90% dos casos, relacionados à água (ao estresse hídrico ou às chuvas intensas), e os mesmos se devem menos aos eventos hidromeorológicos em si do que aos insistentes déficits de infraestrutura para controlar os seus efeitos (Valencio, 2012).

Assim, os casos concretos de violência nos desastres são inumeráveis e se explicitam pelo modo de atendimento do meio técnico-operacional, que tende a esgarçar os direitos de grupos sociais debilitados. O conjunto dos estudos produzidos pela equipe do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) da Universidade Federal de São Carlos - tais como os de Siena (2014), Sartori et al (2014), Vargas (2013), Valencio et al (2011), Valencio (2014), Venturato-Landmann e Valencio (no prelo) e outros - têm demonstrado que os casos de violação dos direitos humanos, praticada por agentes do Estado, se proliferam e apontam para uma progressiva legitimação da barbárie.

Um desses estudos foi a pesquisa intitulada “Entre a poeira e a lama: repercussões dos desastres na vida cotidiana de grupos vulnerabilizados”, realizada no período de junho de 2011 a maio de 2014 e apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A referida pesquisa objetivou descrever e analisar o conteúdo material, social, espacial e simbólico dos processos de degradação subjacentes ao plano da vida cotidiana de diferentes grupos sociais debilitados nos desastres de maior expressão nos últimos cinco anos (2009-2014). Em relação aos resultados alcançados, apresentamos um recorte de dez dos casos investigados, a fim traçar um panorama mais geral das formas de violência que estão se espargindo. Os casos analisados encontram-se abaixo mencionados (Quadro I). Junto aos grupos sociais mais debilitados no desastre, realizamos coleta de informações através de uma abordagem qualitativa de pesquisa social, baseada em entrevista em profundidade e observação direta.

**Quadro I - Localidade do desastre, ano de ocorrência e subgrupo social abordado na pesquisa**

Localidade Município/Unidade Federativa	Ano de início ocorrência	Tipo de desastre (ref. SEDEC/MI)	Subgrupo social abordado na pesquisa
Angicos/Rio Grande do Norte Aracati/Ceará	2012 2013	estiagem seca	<ul style="list-style-type: none"> <li>• pequenos prod. rurais autônomos</li> <li>• assentados rurais</li> <li>• quilombolas</li> </ul>
Brasiléia/Acre Juazeiro/Bahia Petrolina/Pernambuco Petrópolis/Rio de Janeiro	2012 2013 2013 2011	enchentes estiagem estiagem enxurradas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• imigrantes indocumentados</li> <li>• pequenos prod. rurais autônomos</li> <li>• lideranças comunitárias</li> <li>• lideranças comunitárias</li> <li>• coord. de redes sociais locais</li> </ul>
Porto Velho/Rondônia São Jerônimo/Rio Grande do Sul	2014 2012	inundações granizo/inundação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ribeirinhos indígenas desabrigados</li> <li>• moradores de periferias urbanas</li> <li>• pequenos produtores rurais autônomos</li> </ul>
São Rafael/Rio Grande do Norte Teresópolis/Rio de Janeiro	2012 2011	estiagem enxurradas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• reassentados de barragem</li> <li>• moradores de periferias urbanas</li> <li>• moradores de bairros de classe média</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

As informações obtidas indicam que as formas de violência praticadas pelo meio-técnico operacional, nas suas ações de resposta e reabilitação, entrelaçam um conteúdo material, social, espacial e simbólico de deterioração dos direitos da pessoa humana, conforme se encontra no Quadro II. Tais práticas comprometem a dignidade e os meios de vida - de indivíduos, das famílias e das comunidades afetadas - no curto e médio prazo e põem em risco as perspectivas mais promissoras que os mesmos vinham construindo ou idealizando.

**Quadro I - Principais formas de violência observadas e relatadas pelos grupos sociais debilitados nos desastres**

Conteúdo da violência	Práticas de manifestação da violência
<b>Material</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência ou insuficiência de programas de recuperação/restituição de locais, objetos e de meios de trabalho danificados ou destruídos (oficinas/instalações, estoques de matérias-primas, insumos, produtos finais, máquinas e equipamentos, ferramentas), o que inviabiliza o retorno ao exercício pleno do trabalho, com comprometimento da possibilidade de obtenção da renda familiar ou do auto-sustento do grupo;</li> <li>- Ausência de política pública compensatória à família diante o falecimento de membro arrimo de família ou equivalente, especialmente, quando inserido no mercado de trabalho informal e envolver a sobrevivência de dependentes;</li> <li>- Oferecer compensações irrisórias referentes ao bem imóvel interdito (terreno e edificação), assim como a pertences que a família se vê obrigada a se desfazer nessa interdição, coagindo (através de pressão moral, financeira e psíquica) para que o chefe da família aceite a proposta;</li> <li>- Falta de padronização e de transparência nos critérios técnicos locais de atendimento às famílias para distribuição de auxílio-moradia e kits de bens de primeira necessidade (cestas básicas) e bens de consumo duráveis de uso domésticos (eletrodomésticos e mobiliários).</li> </ul>
<b>Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Imposição e padronização de regras do meio técnico sobre a dinâmica e as rotinas da vida cotidiana das várias famílias conviventes em abrigos provisórios, desautorizando o comando dos chefes, da família e do lar, no referente às normas de convivência de seus membros na esfera privada e na vocalização ativa pra a busca de consensos, próprio da sociabilidade comunitária;</li> <li>- Praticar ou favorecer a prática de assédio moral e sexual de pessoas em abrigos provisórios, por exemplo, através da desproteção à intimidade do indivíduo ou família;</li> <li>- Não suprir os abrigados com regularidade e num patamar aceitável e omitir-se em providências de higienização pública, oferecimentos de serviços de acesso à água e energia, tornando os abrigos provisórios insalubres;</li> <li>- Insuficiência do atendimento à saúde em situação pessoal de adoecimento (físico ou mental) relacionado ao desastre;</li> <li>- Insuficiência das cotas de alimentos e de água potável para moradores de comunidades em emergência, adotando-se formas de distribuição pública vexatórias destes itens (isto é, resultando em humilhação das pessoas) e sem garantia de proteção aos grupos sociais especiais (gestantes, idosos, pessoas com deficiência, crianças);</li> <li>- Insuficiência das medidas operacionais adotadas na recuperação de corpos de pessoas desaparecidas no desastre;</li> <li>- Falta de apoio oficial aos ritos e ao processo de luto, tais como em relação ao que estabelecem as práticas culturais da família na realização de funeral, ao sepultamento dos mortos e à elaboração simbólica e psicossocial das perdas de pessoas com quem eram mantidos vínculos sociais estreitos;</li> <li>- Ausência ou demora de serviço especializado de resgate, exigindo o exercício extenuante de determinadas técnicas corporais para manter-se vivo ou resgatar pessoas ou animais em perigo iminente;</li> <li>- Submissão à solicitação técnica para preenchimento de inúmeros cadastramentos, cujo efeito prático positivo para a família não é notado;</li> <li>- Letargia dos órgãos competentes na liberação de documentação que permita a livre circulação e o direito de trabalho no país;</li> <li>- Disseminar discursos estigmatizantes sobre os grupos sociais afetados nos desastres, incluindo, discursos de cunho racista.</li> </ul>
<b>Espacial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desproteção na guarda de bens móveis (de valor econômico e imaterial) que ficaram na moradia de origem;</li> <li>- Flexibilização dos direitos territoriais individuais e comunitários, com a expulsão dos moradores de sua residência, do uso do terreno e da comunidade onde habitava e mantém laços econômicos e extra-econômicos;</li> <li>- Falta de apuração de denúncias de contaminação da área afetada;</li> <li>- Constrangimento técnico (indireto ou indireto) sobre a rede primária da família para que proceda ao acolhimento da mesma, mesmo que as condições locais do anfitrião sejam precárias;</li> <li>- Dissolução da convivência comunitária devido à dispersão da vizinhança;</li> <li>- Ausência de informações e providências acerca do encaminhamento das soluções habitacionais definitivas.</li> </ul>
<b>Simbólica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perda dos objetos de memória (individual, familiar ou comunitário) e de demais referências materiais de caráter identitário, diante as quais o esforço de apoio técnico à recuperação é nulo ou relegado a um segundo plano no elenco das prioridades.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

**Conclusão**

Embora ainda à margem - e incomodados com uma tendência autoritária de impor um silenciamento social diante o Estado, a qual vem forjando a disseminação da cultura do medo e insegurança no século XXI -, outros sentidos comuns começam a tomar forma em relação a como observam a qualidade da atuação técnica no contexto dos desastres. Dois novos patamares de observação pública e significação sobre os acontecimentos emergem, corroborando as discussões críticas das Ciências Sociais, a saber: o primeiro, o que passa a levar em consideração que desastres ocorrem, em parte, por falha do meio técnico-operacional no referente às medidas de prevenção e preparação postas em curso; o segundo, o que identifica que as medidas de

resposta (resgate e reabilitação) e recuperação, deflagradas pelo meio técnico, têm sido igualmente falhas. Vistos em encadeamento e como uma espiral, estes patamares de observação suscitam a conclusão de que, a cada desastre, no qual o atendimento público mantém-se ruim em todas as fases de operação, forja-se a oportunidade para um novo desastre.

Naturalmente, desastres que pudessem ser evitados resultariam em menor sofrimento social. A questão que se coloca é que o aparato estatal que se encontra historicamente tolerante com a violência - expressa e disseminada, de modo ativo, pela prática de seus agentes ou pela omissão de providências destes - não encontra caminhos, dentro da própria cultura institucional, para aboli-la. Mais do que isso, sob uma perspectiva foucaultiana, infligir sofrimento ao outro é parte constitutiva de uma relação biopolítica que ultrapassa o Estado e se incrusta no corpo social. Portanto, mantém-se atualíssima as ponderações de Oliver-Smith (2006) de que o incremento da mortalidade e das perdas materiais nos desastres localizados em países emergentes se deve tanto à degradação ambiental quanto aos fatores políticos de exclusão, perseguição, expulsão e opressão dos socialmente mais fracos (os pobres, os grupos étnicos, os povos tradicionais e afins). No tecido dessa insegurança social generalizada, a deficiência das práticas de atendimento técnico às emergências e desastres não é aquilo que destoa, mas que confirma uma crise de legitimidade ainda mais profunda.

### Bibliografia

- Acserald, H. (2006) - Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: FIBGE. *II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*. Rio de Janeiro, FIBGE.
- Alexander, D. (2011) - Modelos de vulnerabilidade social a desastres. *Rev.Crítica de Ciências Sociais*. Vol. 93 (jun), p. 9-29.
- García-Acosta, V. (2012) - Introducción. In: García-Acosta, V.; Audefroy J.F.; Briones F. (orgs.). *Estrategias sociales de prevención y adaptación*. México, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social, p. 11-15.
- Martins, J.S. (2003) - *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 228 p.
- Oliver-Smith, A. (2006) - Disasters and Forced Migration in the 21st Century. *Understanding Katrina Essay Forum: perspectives from the social sciences*, Vol. único, Social Science Research Council, New York (EUA). Disponível em: <<http://understandingkatrina.ssrc.org/Oliver-Smith/>>. Acesso em: 30 nov. 2006.
- Perry, R.W. (2007) - What is a disaster? In: Rodríguez, H.; Quarantelli, E.L.; Dynes, R.R. (eds). *Handbook of disaster research*. New York, Springer, p.1-15.
- Sartori, J.; Batista, J.G.; Tarin, D.M.; Almeida, J. P. (2014) - Desastres como oportunidade de articulação, diálogo e fortalecimento de fóruns. In: R. Carmo; N. Valencio (orgs). *Segurança humana no contexto dos desastres*. São Carlos, RiMa Editora, p. 141-157.
- Siena, M. (2014) - A atenção social nos desastres: quando o deslocamento compulsório acontece. In: N. Valencio e M. Siena (orgs). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas*. Vol. IV, São Carlos, Rima Editora, p. 151-178.
- Valencio N; Siena M; Marchezini V. (2011) - *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 160 p.
- Valencio, N. (2012) - *Para além do desastre: O caso brasileiro*. Curitiba, Editora Appris, Coleção Ciências Sociais, 227 p.

- Valencio, N.F.L.S. (2014) - Desastres, tecnicismo e sofrimento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3631-3644.
- Vargas, M.A.R. (2013) - “Rosas”, “Dulces”, comandantes e peritos: a luta pela classificação do mundo no contexto dito ‘desastre’. *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas*. Vol. III, São Carlos, RiMa Editora, p. 153-174.
- Venturato-Landmann, R.; Valencio, N. (no prelo) - Visão e ação comunitária cabocla ribeirinha num desastre relacionado às cheias extremas na Amazônia brasileira: a memória social de mulheres do Alto Juruá, Acre. *Cadernos de Trabalho da Rede Waterlat-Gobacit, Série Água e Desastres*, Newcastle Upon Tyne, Vol.1, N. 2 (no prelo).